PROC. 113/94
FOLHA 009

LEI Nº 491

ANEXO I

Fl. 08

CARGOS E EMPREGOS DE NATUREZA PERMANENTE

NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO	CATEGORIA	ESCALA DE REF-NS	QUANT.CARGOS/EMPREG;
300	Adm. Empresa	19 a 40	03
301	Analista de Sistema	19 a 40	01
302	Arquiteto	19 a 40	02
303	Assistente Jurídico	19 a 40	04
304	Assistente Social	19 a 40	05
305	Bibliotecário	19 a 40	02
306	Contador	19 a 40	02
307	Economista	19 a 40	02
308	Enfermeiro (40hs)	19 a 59	05
309	Enfermeiro (20hs)	19 a 40	05
310	Engenheiro Civil	19 a 40	04
311	Engenheiro Agronomo	19 a 40	03
312	Estatístico	19 a 40	02
313	Médico (20 hrs)	19 a 40	30
314	Médico (40 hrs)	39 a 59	20
315	Médico Veterinário (20 horas)	19 a 40	02
316	Médico Veterinário (40 horas)	39 a 59	02
317	Fisioterapeuta (40 hrs)	39 a 59	02
318	Nutricionista (20 hrs)	19 a 40	01
319	Nutricionista (40 hrs)	39 a 59	01
320	Bioquímico (20hrs)	19 a 40	05

P.M.O. MARANGUAPE
PUBLICADO

PROC. 193/94
FOLHA 010

LEI Nº 491

ANEXO I

Fls. 09

321	Bioquímico (40 hrs)	39 a 59	05
322	Odontólogo (20 hrs)	19 a 40	05
323	Odontólogo (40 hrs)	39 a 59	05
324	Psicólogo	19 a 40	02
325	Sanitarista	19 a 40	02
326	Sociólogo	19 a 40	02
327	Tec. Administração	19 a 40	03
328	Tec. Assunt. Culturais	19 a 40	03
329	Tec. Assunt. Educacional	19 a 40	05
330	Tec. Comun. Social	19 a 40	05
331	Tec. em Planejamento	19 a 40	03
332	Tec. em Ensino e Orientação Educacional	19 a 40	03
333	Tecnólogo	19 a 40	03
334	Prof. de Ensino 1º Grau (40 hrs)	39 a 59	80
335	Prof. de Ensino 1º Grau (20 hrs)	19 a 40	120
336	Prof. de Ensino 2º Grau (40 hrs)	19 a 59	50
337	Prof. de Ensino 2º Grau (20 hrs)	19 a 40	50
338	Prof. c/Licenc.plena (40 hrs)	39 a 59	20

O. M. ARANHA
PUBLICADO
DIRETORIA GERAL

PUBLICAÇÃO
DE
PROCURADORIA JURÍDICA

PROC. 113/94
FOLHA 011

LEI Nº 491 ANEXO I

Fls. 10

339	Prof. c/ Licenc. Plena (20 hrs)	19 a 40	20
340	Prof. c/Licenc. Curta (40 hrs)	39 a 59	20
341	Prof. c/Licenc. Curta (20 hrs)	19 a 40	20

CÂMARA MUNICIPAL DE PUBLICAÇÃO

PROC. 153/94
FOLHA 008

LEI Nº 491 DE 08 DE ABRIL DE 1994

FL.07

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Diretor do Centro de Ensino Supletivo Municipal (GEC-4)
- Chefe de Setor de Escrituração de Ensino Supletivo Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

- Seção de Orientação e Proteção ao Menor Abrigado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- Divisão de manutenção de Equipamentos.
- Seção de Mecânica Pesada.
- Seção de Mecânica Leve.
- Seção de Obras de arte.

§ 1º) Fica extinto do Quadro Funcional as seguintes categorias:

- Setor de Mec. e Fun.
- Setor de Obras de arte e complem.

PROCURADORIA JURÍDICA

- Seção de Redação e Controle de Leis e Decretos.
- Setor de Informática.

Art.14) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O. M. MARANHÃO
PUBLICADO

AGMAR DE SOUZA GOMES
Prefeito Municipal

PROC. 113/94
FOLHA 007

valor pago a título de gratificação por exercício de cargo, praticando na forma da Lei nº 461 de 03 de setembro de 1993.

Art.11) Os atuais servidores, de acordo com a categoria funcional, serão adequadas na referência inicial da tabela de cargo de que trata o anexo I desta Lei.

Art.12) Aplica-se o disposto nesta Lei no que couber, aos Servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art.13) Ficam criados na atual estrutura administrativa do Município de Ouro Preto do Oeste, as seguintes unidades administrativas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

- Seção de Controle Orçamentário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

- Divisão de Adm. Tributária.
- Seção de Contabilidade.
- Setor de Prestação de Contas e Convênio.
- Setor de conciliação Bancária.
- Setor de Iss.

SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS DISTRITAIS:

- Divisão de Apoio e Desenvolvimento dos Distritos.

O.A.O. MARANHÃO
PUBLICADO

PROC. 113/94
FOLHA 005

LEI Nº 491 DE 08 DE ABRIL DE 1994

Fls.04

§ 3º) O Prefeito Municipal, havendo conveniência administrativa, aptidão e prova de título, poderá, por decreto, modificar a função originária do do Servidor, desde que do ato lhe advenha de ordem financeira ou funcional.

§ 4º) As vantagens recebidas a qualquer título pelo servidor que tiver modificado a sua função, serão incorporadas ao seu vencimento.

Art.1O) Será concedida gratificação por produtividade, proporcional ao vencimento ou salário percebido pelo servidor e ao ocupante de cargo, pertencentes às seguintes categorias funcionais e nas seguintes proporções:

I - Motorista de veículos:

a) de passeio ou utilitário de 10% a 50% (dez a cinquenta por cento);

b) caminhão ou similar de 20% a 80% (vinte a oitenta por cento);

II - Operador de máquina pesada de 20% a 80% (vinte a oitenta por cento).

III - Médico com carga horária de 20 horas semanais de 20% a 80% (vinte a oitenta por cento).

IV - Agente de Vigilância sanitária 20% a 80% (vinte a oitenta por cento).

- Agente Controle fiscalização 20% a 80% (vinte a oitenta por cento)


PROC. 113/94
FOLHA 006

V - Oficial de mecânica de [illegible]

a 80% (vinte a oitenta por cento).

- Oficial mecânica e funilaria 20% a 80% (vinte a oitenta por cento).

- Oficial mecânica Pesada 20% a 80% (vinte a oitenta por cento).

VI - Borracheiro de 20% a 70% (vinte a setenta por cento).

- Lavador de 20% a 70% (vinte a setenta por cento).

VII - Oficial de Obras Inst., de 20% a 70% (vinte a setenta por cento).

VIII - Oficial Carpenaria e marcenaria 10% a 50% (dez a cinquenta por cento):

§ 1º) A gratificação por produtividade de que trata o Artigo, somente será paga ao Servidor que se encontrar no efetivo exercício das atividades ao seu cargo ou função.

§ 2º) Para os efeitos do Parágrafo anterior considera-se efetivo exercício os afastamentos decorrentes:

I - Férias;

II - Casamento;

III - Luto e,

IV - Licença para tratamento de saúde, à gestante ou em virtude de acidente de serviço, desde que a licença não seja superior a trinta dias.

§ 3º) Os ocupantes de cargos em comissão que tiverem vínculo empregatício com o Município, farão jus ao percebimento de mais cem por cento (100%) sobre o

O. M. O ARAMAC
PUBLICADO

PROC. 113/94
FOLHA 004

LEI Nº 491 DE 08 DE ABRIL DE 1994

Fls.03

PARÁGRAFO ÚNICO - A jornada de trabalho será de 06 (seis) horas ininterruptas diárias e de 30 (trinta) horas semanais.

Art.6º) Os Servidores do Município reger-se-ão pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município e demais Legislações específicas.

Art.7º) Os provimentos dos Cargos efetivos far-se-ão mediante concurso Público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º) As admissões e nomeações serão feitas sempre na referência inicial da classe das respectivas categorias.

§ 2º) O concurso será regido pelas disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art.8º) À designação de cargos em Comissão e funções em confiança, independerá de concurso Público.

Art.9º) A movimentação do servidor da referência onde se encontra localizado para a imediatamente superior far-se-á mediante promoção.

§ 1º) O processo seletivo para efeito de promoção far-se-á avaliação de desempenho funcional, devendo o processo ser realizado pelo Chefe imediato, ou por antiguidade, alternadamente conforme o critério a ser fixado por Decreto do Poder Executivo.

§ 2º) Para concorrer à promoção, o servidor deverá contar com mais de 02 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.

D. C. O. MARANHÃO
EXECUTIVO CLASSE

PROC. 193/94
FOLHA 003

VI - Servidor é a pessoa legalmente investida de cargo ou emprego.

VII - Escala de Referência é o número de referências estabelecidas para evolução do vencimento ou salário.

VIII - Vencimento é a retribuição pelo exercício de cargo, correspondente à referência fixada em Lei.

IX - Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício de cargo ou função, compreendendo vencimento, gratificação e mais as vantagens previstas em Lei.

X - Quadro é o conjunto de cargos públicos e respectivas quantidades pertencentes ao Poder Executivo Municipal.

Art.3º) O pessoal do Serviço Público do Poder Executivo Municipal, compreende o quadro de cargos constituídos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O quadro de cargos de que trata este artigo, constituem-se de:

I - Cargos de Provimento Efetivo:

a) Nível Superior c) Nível intermediário

b) Nível Médio d) Nível Primário

II - Cargos criados por legislação especifica.

III - Outros.

Art.4º) Os Cargos de Provimento Efetivo são aqueles que constam do Anexo I desta Lei.

Art.5º) A jornada de trabalho dos Servidores Municipal, será de 06 (seis) horas diárias, exceto para os Cargos cuja jornada de trabalho acham-se discriminadas no rol das categorias funcionais.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL
DIRETORIA GERAL

PRO 113/94
FOLH 002

LEI Nº 491 DE 08 DE ABRIL DE 1994

"ORGANIZA O QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º) O Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste passa a vigorar na forma desta Lei.

Art.2º) Para os efeitos desta Lei:

I - Cargo Público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas ao Servidor Público, com denominação própria e quantidade certa e a que corresponde um vencimento específico.

II - Cargo Efetivo é o cargo público provido em caráter efetivo, mediante concurso.

III - Cargo em Comissão é o cargo público de livre provimento e exoneração pelo Prefeito.

IV - Função de Confiança é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a ocupantes de cargos ou empregos, criados para atender a encargos, desde que não constituam atribuições inerentes ao cargo ou emprego, mediante nomeação ou designação.

V - Funcionário é a pessoa legalmente investida de cargo efetivo, sob o regime jurídico dos funcionários públicos do Município.

O. T. O. MARANA
DIRETOR GERAL

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
PROTOCOLO
12/04/94 | Nº 113/94
RECEBIDO

PROC. 113/94
FOLHA 012

AO EXMº. SR.
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE.
SEGUE O PRESENTE PROCESSO PARA PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
EM, 12 / 04 / 94 .

Oseymar Galimberti da Silva
Serviço de Protocolo
Port. 116 GP-CMOPO-RO-93

Ao Ass. Juridico.
Segue o presente Processo para Conferencia da lei. Em. 12.04.94.

Silvana Coutinho
Chefe Setor Gabinete
Portaria. 167-GP-CMOPO-RO-93

Ao Protocolo
Anotar e Arquivar.
Em, 12 de abril 1994.

José Martins dos Anjos
Assessor Jurídico
Port. nº 012/CMOPO/RO/93

Ao setor de Arquivo
Anotar e Arquivar
Em, 12 de Abril de 1994

Oseymar Galimberti da Silva
CHEFE SEÇÃO PROTOCOLO
PORT. No. 067/GP/CMOPO/RO/94